



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Rede de Inteligência e Inovação da 1ª Região

10ª Reunião Videoconferência (Teams)

02 de maio de 2023

Aos dois dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, reuniram-se os integrantes da Rede de Inteligência e Inovação da 1ª Região (Reint1), sob a coordenação do Desembargador Federal Carlos Augusto Pires Brandão, para abordar a seguinte pauta: “O usuário no centro dos desafios e melhorias no uso da tecnologia no TRF1 (segundo encontro)”. **Com a palavra, o Desembargador Federal Brandão** iniciou a reunião, saudou a todos e, com breves considerações, saudou os novos desembargadores, como o Desembargador Roberto Veloso. **Com a palavra, o Desembargador Veloso** agradeceu ao Desembargador Brandão e atribuiu ao Desembargador Brandão o sucesso de a Rede de Inteligência poder produzir imensos frutos e ser uma realidade no Brasil e passou a palavra à Dra. Maria Cecília. **Com a palavra, a Dra. Maria Cecília** saudou a todos e apresentou o currículo do Dr. Náiber, bem como citou que ele iria demonstrar as inovações construídas. **Com a palavra, o Dr. Náiber** saudou a todos e, inicialmente, afirmou que a abordagem na reunião seria o PJe e que as atualizações dele estavam sendo de forma semanal, nas quintas-feiras, às 21 hrs, com o objetivo de poder executar as melhorias desenvolvidas. Nesse aspecto, o Dr. Náiber explicou, ainda, que a rede governança atuou nessas melhorias e considerou que a Rede de Inteligência poderia contribuir e somar a esse propósito também. O Dr. Náiber salientou, também, que o PJe passava por um momento de estabilidade. Isso, permitiu focar nas melhorias, bem como informou que a divulgação de indisponibilização do PJe seria de forma programada e anunciada antecipadamente, para a execução da atualização necessária. Outrossim, essa comunicação seria feita pela Ascom. Além dessas informações, o Dr. Náiber detalhou as funções e atribuições das equipes envolvidas nessa manutenção e nas correções de erros no PJe, que também contava com apoio da COFAJ, do NUGEP e do NUPJE. O Dr. Náiber enfatizou a criação de um grupo temático de acordo com a especialização, em funcionamento no 1º grau, e a previsão para junho a criação desse grupo no 2º grau, pontuou. O objetivo desse grupo seria realizar reuniões semanais para ouvir as necessidades dos usuários em relação ao 2º grau. O Dr. Náiber citou, como exemplo, o grupo temático criado no juizado especial que, inclusive, contou com algumas melhorias desenvolvidas no PJe, com base nos resultados decorrentes da análise desse grupo trabalho temático. O objetivo desses grupos temáticos seria conhecer efetivamente as necessidades dos usuários, juízes e servidores, que atuavam diretamente na ponta com o PJe. O Dr. Náiber citou dois exemplos de automação que estavam em fase de desenvolvimento final e, em breve, entrariam em operação no 2º grau. Ele citou, também, que no 2º grau houve a criação de um robô que realizava a baixa dos processos da 2ª instância para a 1ª instância. Para essa inovação, foi concedida a palavra ao servidor Sérgio Faria. **Com a palavra, o servidor Sérgio** explicou que, uma vez identificada a certidão de trânsito em julgado, o robô faria essa remessa, de forma automatizada, à 1ª instância. O servidor Sérgio esclareceu, ainda, que essa automação, por meio do robô, já tinha sido homologada e que, em breve, seria disponibilizada para todas as unidades processantes. **Com a palavra, o Dr. Náiber** ressaltou mais uma vez a necessidade de se conhecer as necessidades dos usuários, mapeá-las e levá-las à COFAJ para poder implementar as soluções automatizadas e passou a palavra ao servidor Anderson para abordar acerca da automação no fluxo das expedições de requisições de pagamento, em funcionamento no 1º grau. **Com a**

palavra, o servidor Anderson sublinhou que essa automação decorreu de uma abordagem feito no grupo temático, após uma reclamação de um servidor, mas que depois de implementada trouxe o benefício de redução do tempo de execução dessa tarefa no dia a dia. **Com a palavra, o Dr. Náiber** citou algumas novidades no PJe, tais como o editor de texto e passou a palavra ao servidor Anderson. **Com a palavra, o servidor Anderson** explicou que a novidade foi a disponibilização de um novo editor de texto o libreOffice, com mais recursos, se comparado ao editor tradicional de texto do PJe. **Com a palavra, o Dr. Náiber**, na sequência, apresentou alguns módulos que estavam sendo desenvolvidos e integrados ao PDPJ e que funcionará dentro do PJe. Mas, quando concluída a integração, será possível acessar o dossiê médico, o dossiê previdenciário, ao processo administrativo previdenciário, com intimações automatizadas e isso facilitará o cumprimento das decisões. A ideia seria ter mais benefícios com automação no cumprimento de decisões e o Dr. Náiber salientou, também, que existia um projeto piloto na 3ª Região similar a ser implantado na 1ª Região. O propósito será facilitar o andamento desses benefícios previdenciário, como os relativos à aposentadoria por invalidez, ao segurado especial com deficiência, bem como à pessoa idosa. E tudo isso compreendido no 1º módulo com a integração no PJe. Outra inovação apresentada pelo Dr. Náiber foi “E-carta”, e indicou o servidor Marcos para apresentar os detalhes. **Com a palavra, o servidor Marcos** esclareceu que seria um sistema de integração com os Correios para a publicação de postagem de correspondência e intimações. Nesse serviço, cada postagem seria identificada nos correios e, de forma automática, seria impressa e entregue, bem como o retorno seria apresentado no próprio PJe. O Servidor Marcos salientou que essa integração já estava pronta, testada e em fase de homologação. Mas, afirmou que ainda estava faltando algumas configurações negociais em relação ao Centro de Custo, que estava sendo tratado pela Unidade Gestora do contrato com os Correios para fechar essa configuração e que, no futuro, atenderia a toda a primeira região, com os Centros de Custos independentes, pois, cada seccional teria um orçamento próprio, bem como o tribunal. **Com a palavra, o Dr. Náiber** reforçou que essas inovações seriam importantes, como a automação no fluxo do PJe e, com isso, impulsionar o processo. Outro módulo, apresentado pelo Dr. Náiber, foi o “mandamus”, um projeto piloto entre a Seção Judiciária do DF e a de Rondônia. Nesse módulo, será facilitado o cumprimento dos mandados, das Centrais de Mandados, pelas Varas e Oficiais de Justiça, com ganho na eficiência. Outro módulo abordado pelo Dr. Náiber, foi a integração com o domicílio eletrônico e, com isso, centralizar as informações dos domicílios das pessoas jurídicas para intimações e citações. No entanto, essa inovação estava aguardando aprovação da Comissão Gestora do CNJ para avançar, pontuou o Dr. Náiber. Na sequência, o Dr. Náiber passou a palavra ao servidor Marcos para abordar acerca do Codex. **Com a palavra, o servidor Marcos** esclareceu que na sinapse, da plataforma do CNJ, o Codex ficava executando em cada tribunal e no TRF, no qual captava todos os metadados de todos os processos, de todos os documentos e extraíam os textos e os documentos. Mas, os documentos que tivessem uma imagem o Codex aplicava automaticamente o “OCR” para transformá-la em texto e todos os documentos que, compusessem a base da sinapse no CNJ, seria armazenada numa plataforma de inteligência artificial, IA, que a partir da sinapse seria possível criar modelos de IA, usando os dados dos tribunais que já estariam indexados no CNJ. O servidor Marcos salientou, por outro lado, que já havia o processamento de todos os nossos processos no Tribunal da 1ª Região. Porém, 25% dos documentos eram muito grandes e estavam sendo negociados com o CNJ, porque o Codex estava apresentando pequenas intercorrências, que o CNJ estava tentando corrigir. No final, o servidor Marcos sublinhou que o processamento dos documentos estava em dia e encaminhados automaticamente ao CNJ e que a sinapse estava sendo preparada para ser utilizada efetivamente e que o tribunal poderia criar os próprios modelos para integrar o PJe. **Com a palavra, o Dr. Náiber** ressaltou a importância de um alinhamento entre as

expectativas e a realidade do Tribunal da 1ª Região, no sentido de engajar os magistrados com perfil na área tecnológica para também contribuir para o desenvolvimento de melhorias, bem como os servidores, que seriam peça fundamental nesse processo de automação. O Dr. Náiber destacou a importância de se pensar numa integração da Rede de Inteligência com os trabalhos desenvolvidos pelo Laboratório de Inovação, conduzida pela Dra. Cecília e, também, com a COFAJ, conduzida pelo servidor Sérgio, na implantação de projetos de inteligência artificial. Com isso, o objetivo seria propor que a Rede de Inteligência participasse das reuniões mensais, promovida com esses núcleos de desenvolvimento. Entretanto, não poderia só contar somente com a participação de magistrados, porém, seria preciso contar com a participação de servidores, que atuariam nessa área. A intenção seria, pensando nos problemas existentes, apresentar propostas de soluções às equipes da Secin e à DIPJE, com o protagonismo da Rede de Inteligência. Nesse contexto, o Dr. Náiber citou alguns exemplos práticos com grande efeito e melhorias no PJe, como foi a correção da Seção Judiciária do DF e, a partir daí, em Goiás, Roraima e Piauí, recentemente. Essa iniciativa contou reuniões com os magistrados e a equipe técnica no intuito de estudar as necessidades trazidas pelos usuários nessas reuniões. A partir daí, então, seria avaliada a viabilidade das propostas e as prioridades a serem implementadas no PJe. Os benefícios dessas reuniões contavam com a apresentação de funcionalidades no PJe, que alguns usuários desconheciam, destacou o Dr. Náiber. Nesse desiderato, a pretensão seria realizar reuniões semanais da DIPJE com os usuários do PJe, com previsão de serem realizadas todas às sextas-feiras, às 14 hrs. Outra pretensão apresentada pelo Dr. Náiber, foi a retomada de reuniões semanais com os Diretores de Foro. E para responder à indagação do Desembargador Brandão acerca de que maneira a tecnologia poderia ajudar na organização e na gestão de gabinete, o Dr. Náiber considerou que a Rede de Inteligência poderia contribuir no sentido de trazer os usuários para conversarem com as equipes técnicas, no intuito de se pensar em soluções e alinhar as expectativas dentro do possível. Em outra indagação, formulada pelo Desembargador Brandão, sobre como se poderia tornar mais amigável em relação com PJe, o Dr. Náiber sugeriu que os usuários poderiam conhecer os manuais e vídeos existentes com instruções, disponíveis na internet, para tornar mais amigável a interação com o PJe. No final, o Dr. Náiber agradeceu a oportunidade de apresentar as propostas de melhorias feitas no PJe. **Com a palavra, o Desembargador Néviton** saudou a todos e destacou a importância do espaço na rede para todos os magistrados, seja de 1ª e 2ª instâncias, para discussão de um tema de interesse de todos. Sobre o tema, o Desembargador Néviton solicitou ao Dr. Náiber que ele abordasse sobre o PJe COR, por ser uma demanda da Corregedoria Nacional. Na visão do Desembargador Néviton, o PJe COR seria um instrumento totalizador das demandas que diziam respeito aos aspectos disciplinares do Tribunal Regional da 1ª Região, como forma de facultar de maneira direta o controle exercido por órgãos externos, em especial, o CNJ. **Com a palavra, o Dr. Náiber** respondeu à indagação do Desembargador Néviton que o PJe COR seria uma instalação no PJe do CNJ e salientou que essa versão não seria específica para as corregedorias do primeiro grau, mas para as corregedorias de segundo grau. Esse trabalho foi feito junto à Presidência do Tribunal e à Corregedoria, do qual resultou na edição de nova regulamentação no uso do PJe COR na primeira região, afirmou o Dr. Náiber. O Dr. Náiber enfatizou, ainda, que o PJe COR no 2º Grau estava em fase de treinamento e que em relação ao 1º Grau, todos aqueles procedimentos inerentes às representações por excesso de prazo, pedidos de providências ou algum procedimento de natureza disciplinar, em relação aos magistrados; devem, por determinação do CNJ, tramitar no PJe COR. Nesse aspecto, o Dr. Náiber considerou que, com o PJe COR, havia um ganho na celeridade dos processos na Corregedoria e recomendou que o Diretor de Secretaria, semanalmente, acessasse o sistema e verificasse a possibilidade de existência de alguma notificação ou intimação em relação à unidade. Por oportuno, o Dr. Náiber acrescentou a sugestão de um treinamento à 1ª instância,

como reforço. **Com a palavra, o Desembargador Néviton** ressaltou que, atualmente, os processos eram distribuídos pelo SEI e que, às vezes, o magistrado ou o desembargador se quer sabiam da existência de um processo. Para o Desembargador Néviton, o sistema de comunicação do SEI não atendia a essa finalidade disciplina na Corregedoria e muito menos ao CNJ. O Desembargador Néviton enfatizou, também, a necessidade da implantação do PJe COR na fase de julgamento em colegiado e que o Corregedor também deveria acompanhar o PJe COR, do CNJ, para não ter a surpresa de um processo e não tomar conhecimento e muito menos não prestar as informações necessárias. **Com a palavra, a Desembargadora Kátia Balbino** realçou a necessidade de se concentrar vários sistemas num só sistema e sugeriu a criação de calendário com lembrete no PJe ou um manual para auxiliar o magistrado nas suas atividades. Quanto ao PJe, a Desembargadora Kátia solicitou ao Dr. Náiber informações acerca do PJe + R, PJe TrF3, PJe TJDFT e o porquê da predileção por esse PJe ou aquele ou então a opção pelo E-Proc e, ainda, se a versão do PJe + R viria para suprir uma deficiência e obter ganho de velocidade ou apresentar algumas melhorias e não ficar aguardando entrar num fila de prioridades do CNJ. No final, a Dra. Kátia sublinhou a sensação de o TRF1 está atrasado. Após algumas ponderações, a Dra. Maria Cecília passou a palavra ao Dr. Náiber para responder às indagações da Desembargadora Kátia Balbino. **Com a palavra, o Dr. Náiber** respondeu que havia modelos diferentes em desenvolvimento do sistema do PJe, mas que o PJe + R obedecia a um modelo mais descentralizado, no qual os próprios usuários, nos seus navegadores implementariam novas funcionalidades, utilizando-se de determinadas tecnologia, num procedimento mais simplificado. O Dr. Náiber reforçou que o nível de governança do PJe para uma evolução no próprio sistema em si, demandaria tempo e lentidão, uma vez que uma modificação no próprio sistema, muitas vezes, dependeria de outras equipes e não só a do tribunal. Por lado, lembrou o Dr. Náiber, que algumas situações haveria a necessidade de homologação do CNJ e os benefícios alcançaria também outros tribunais. Ele destacou, ainda, que muitos tribunais estavam desenvolvendo melhorias e que havia um aproveitamento do TRF1 dessas melhorias, assim como havia uma sinergia com o TRF3. Além disso, o Dr. Náiber citou o alinhamento das versões do sistema num processo colaborativo com outros tribunais. No final, o Dr. Náiber salientou que esse processo de automação importaria ganho de produtividade ao judiciário. **Com a palavra, o Dr. Rafael Leite** ratificou as colocações do Dr. Náiber e que foi significativo o trabalho de ouvir os usuários e considerou fundamental utilizar essa parte do PJe, que seria infinitamente melhor do que outros sistemas, tanto na modularidade, quanto na capacidade de integrar uma automação dentro do próprio sistema que, se comparado a outros sistemas, utilizariam soluções adquiridas de forma externa. O intuito, segundo o Dr. Rafael, seria trazer o usuário para o desenvolvimento dessas mudanças. **Com a palavra, o Desembargador Brandão** parabenizou a todos e, em especial, ao Desembargador Néviton e sugeriu trazer para a Rede de Inteligência a experiência de outros tribunais em relação ao PJe, bem como ouvir o que haveria de inovação na parte da inteligência artificial. O Desembargador Brandão sugeriu, também, criar núcleos dentro da Corregedoria, de forma cooperada e articulada com escola da magistratura, como o Núcleo de Saúde, por exemplo. Nesse sentido, o objetivo seria abrigar as ideias, as pesquisas, os talentos da Justiça Federal. Além desse núcleo, o Desembargador Brandão citou a criação do núcleo de moradia, de inovação, demandas de complexas, de cooperação e de gestão de precedentes. **Com a palavra, o Dr. Náiber** se colocou à disposição para articular a participação de outros tribunais e ouvir as experiências deles e informou também que existia na plataforma do CNJ, chamada de sinapse. Essa plataforma agregava todos esses modelos, como um repositório de modelos de inteligência artificial para que outros tribunais também pudessem utilizá-los. O Dr. Náiber ressaltou que a equipe da Secin elegeu alguns modelos para aprofundar os estudos e trazê-los para a 1ª Região. Em relação ao ChatGPT, o Dr. Náiber informou, também, que o tribunal já iniciou conversas com a

Microsoft no sentido de melhor compreender esse modelo reservado, diferentemente do modelo aberto. Outrossim, ele considerou em se pensar no funcionamento em conjunto com o PJe, com outras ferramentas disponíveis na primeira região. **Com a palavra, o Desembargador Néviton** agradeceu a participação de todos ao abordar esse tema, como o Dr. Náiber, e destacou a leveza e agilidade de como a Rede de Inteligência vem sendo conduzida pelo Desembargador Brandão na discussão de temas tão relevantes para o judiciário. **Com a palavra, o Desembargador Brandão** lembrou de que na próxima reunião, sob a coordenação da Dra. Maria Cecília, seria abordada as inovações de outros tribunais sobre tema da inteligência e encerrou a reunião.

Coordenação Temática: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso, Coordenadora Geral do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região (SISTCON); Desembargador Federal Néviton Guedes (COGER);

Desembargador Federal Carlos Pires Brandão (COJEF)

Coordenação Executiva: Juíza Federal Cecília De Marco Rocha

Convidado: Juiz Federal Náiber Pontes de Almeida

Participantes:

1. Adriana Saraiva Ferreira
2. Allan de Paula Santos
3. Anderson de Sousa Peres
4. Andréa de Athayde Leite
5. Augusto César da Silva Ramos
6. Átalo (Convidado)
7. Bernadeth Baia Brito
8. Bruno Azevedo Vilela
9. Bruno Hermes Leal
10. Carlos Augusto Pires Brandão
11. César Jatahy
12. Cláudia Celma Santos de Miranda
13. Cláudio Watrin de Araújo
14. Cleberson José Rocha
15. Diogo Barreto Perfeito Castro Silva
16. Eduardo de Assis Ribeiro Filho
17. Elaine Cristina Danzmann Fioravante
18. Elton Studart B. dos Santos
19. Fernanda Cristina Costa
20. Geazi Lopes de Abreu
21. Georgiano Rodrigues Magalhães
22. Glória Lopes Trindade
23. Gustavo Barros Dias
24. Hilton Sávio Gonçalo Pires
25. Hugo Pereira Leite Filho
26. Isadora Brandão Koury Maues
27. Ivani Luiz de Moraes
28. João Paulo Pirôpo de Abreu

29. John Michael Silva Brito
30. Juscélio
31. Juliano Vasconcelos
32. Kátia Balbino de Carvalho Ferreira
33. Leandro Franco Vilar
34. Liliansa Kelsch Sarmento
35. Lívia Cristina Marques Peres (Convidada)
36. Lúcio Melre da Silva
37. Luís Ricardo Leal Barros
38. Luiz Francisco Botelho Weneck Ceolin
39. Manoel Gustavo Fernandes Kliemann
40. Marcelo Velasco Nascimento Albernaz
41. Marcos Barbosa Andrade
42. Marcus Feliciano dos Santos
43. Maria Cecília de Marco Rocha
44. Maria do Carmo Cardoso
45. Marina Cavalcanti (Convidada)
46. Marineide Cardoso de Aquino
47. Náíber Pontes de Almeida (Convidado)
48. Neian Milhomem Cruz
49. Néviton Guedes
50. Pablo Zuniga Dourado
51. Paulo Ricardo de Souza Cruz
52. Rafael Leite Paulo
53. Ramon Lisboa Mesquita
54. Rebeca Souza Cavalcante de Oliveira
55. Ricardo Teixeira Marrara
56. Roberto Carvalho Veloso
57. Roberto dos Santos Barrense
58. Rodrigo de Godoy Mendes
59. Rogério Lima Góis
60. Rosane Santos Batista
61. Rosimayre Galçalves de Carvalho
62. Sérgio Faria Lemos da Fonseca Neto
63. Shamyly Cipriano
64. Silvio Grangeiro do Amaral
65. Simone Alcântara Puttini Calza
66. Sônia Maria da Silva Fernandes
67. Társis Augusto de Santana Lima
68. Tathyelly Aryel Lopes de Souza
69. Thiago Emílio Alves Ferreira
70. Victor Hugo Moia dos Santos